

Difícil acesso à Justiça

Márcia Neri

A Justiça tarda, mas não falha. Para os 50 mil brasileiros que aguardam na fila por atendimento na Defensoria Pública do DF está cada vez mais difícil acreditar neste ditado popular. Sem dinheiro para pagar advogado, precisam de muita esperança e paciência para exercerem sua cidadania e terem acesso à Justiça gratuitamente, conforme determina a lei.

A legislação brasileira é clara: todo cidadão tem direito de ser defendido por um advogado. Quem não dispõe de dinheiro deve ter a assistência paga pelo poder público. E a espera poderia ser bem maior se a população que ganha menos de cinco salários mínimos (R\$ 1,9 mil) tivesse conhecimento disso. Para permitir o cumprimento dessa norma, foi criado o sistema de defensoria pública, pela Constituição de 1988, com o objetivo de garantir orientação jurídica e defesa gratuita para a população menos favorecida.

No Distrito Federal, o Centro de Assistência Judiciária (Ceajur) foi criado em 1987 e é, atualmente, vinculado à Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania. São 19 núcleos de atendimento, mas apenas 134 defensores. A defasagem no quadro, que deveria ter 200 advogados, tem obrigado a defensoria a agendar os atendimentos considerados menos urgentes para daqui a um ano, fazendo com que a fila aumente a cada dia.

De acordo com o diretor-geral da Defensoria do DF, Geraldo Martins Ferreira, as agendas do órgão estão lotadas até

"Atendemos a todos que nos procuram. No entanto, a demanda é maior do que nossa capacidade"

GERALDO MARTINS FERREIRA,
DIRETOR-GERAL DA DEFENSORIA
DO DF

dezembro deste ano. "Atendemos a todos que nos procuram. No entanto, a demanda é maior do que nossa capacidade de atendimento e, infelizmente, podemos responder de imediato somente aos casos mais graves", explica Ferreira.

Ele conta que a situação já esteve pior. "Apesar das dificuldades, estamos fazendo progressos. O GDF tem dado maior apoio e conseguimos nomear 25 defensores desde o começo do ano", diz. Mas a discrepância entre o número de defensores, juízes e promotores é vista com incômodo por Ferreira. "Enquanto contamos com 134 defensores, o Judiciário conta com 265 juízes e o Ministério Público, com cerca de 334 membros", afirma.

Apesar de não conseguir atender a todos que poderia, a Defensoria Pública do DF contabilizou 241 mil atendimentos em 2006. Em cidades como Ceilândia, Samambaia e Gama, o órgão foi responsável pelo acompanhamento de mais de 70% dos casos que tramitavam

nos respectivos fóruns e mais de 90% dos processos nas áreas de família. No mesmo ano, foram ajuizadas mais de 292 mil ações movidas pelo Ceajur no Tribunal de Justiça do DF. "Para atendermos bem a população, estimo que seriam necessários pelo menos 300 defensores", conclui Geraldo Ferreira.

Mutirões

Segundo o diretor, pedidos de investigação de paternidade, pensão alimentícia, separação e divórcio exigem mais rapidez e, por isso, são considerados prioridades. "Também priorizamos os casos de pessoas enfermas que não conseguem vagas em hospitais públicos ou medicamentos de alto custo", acrescenta. Para agilizar o atendimento, o órgão tem feito mutirões em locais como Varjão, Itapoã, Sobradinho II e Vila Es-trutural.

"São regiões do DF onde a população nem sempre conhece seus direitos. Nestas áreas vivem pessoas que muitas vezes não podem nem pagar a passagem para chegar ao nosso núcleo de atendimento mais próximo", diz Ferreira. Além de levar assistência jurídica aos habitantes de locais menos favorecidos, tanto os mutirões quanto os núcleos têm o objetivo de informar e orientar os que mais precisam.

Para reforçar o atendimento, a Defensoria Pública conta com o apoio de 1,2 mil estagiários e colaboradores. "Os mutirões continuarão acontecendo para promover a cidadania aos moradores de locais menos favorecidos", garante Geraldo Ferreira. Além disso, a instituição tem um serviço de plantão, que atende 24 horas na Asa Sul.

Saiba mais

Defensoria Pública (2006)

241.582 Atendimentos realizados
32.176 Novas ações ajuizadas
178.763 Ações em andamento
43.760 Audiências

UnB

1.054 Atendimentos realizados
254 Novas ações ajuizadas
195 Audiências

UniCeub

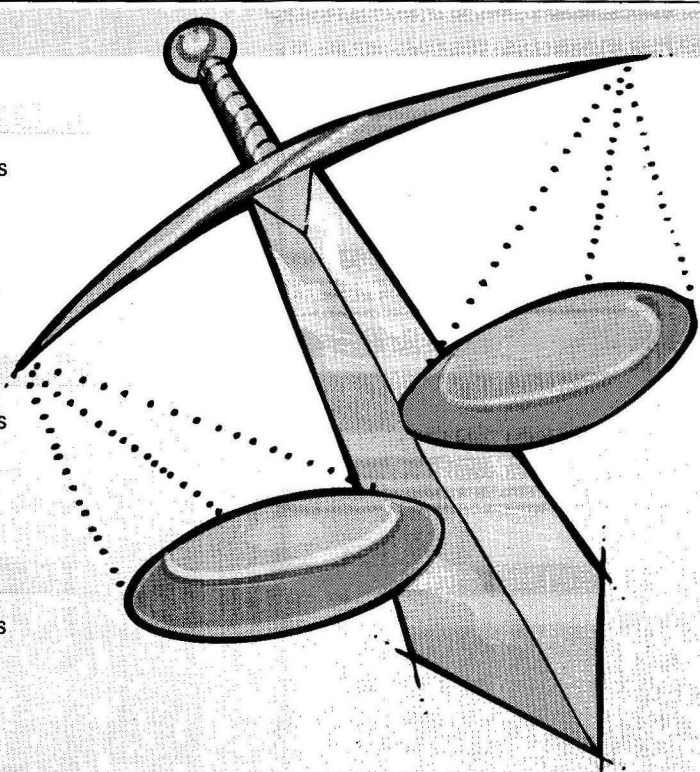
16.080 Atendimentos realizados
4.700 Novas ações ajuizadas
8.204 Audiências

OAB

6.473 Atendimentos realizados
765 Novas ações ajuizadas
244 Audiências

IESB

2.300 Atendimentos realizados
567 Novas ações ajuizadas
500 Audiências



Defensores públicos nos estados

DF	134
SP	400
RJ	720
RS	320
CE	210
MG	495
MS	150
MT	96
SE	100

PR, SC e GO Não existe Defensoria Pública

Serviço

Plantão Defensoria 24 h

SRTS Quadra 1 - Ed.
Intercom, subsolo.

Fone
3901-6148 ou 3901-6147.

Próximos mutirões

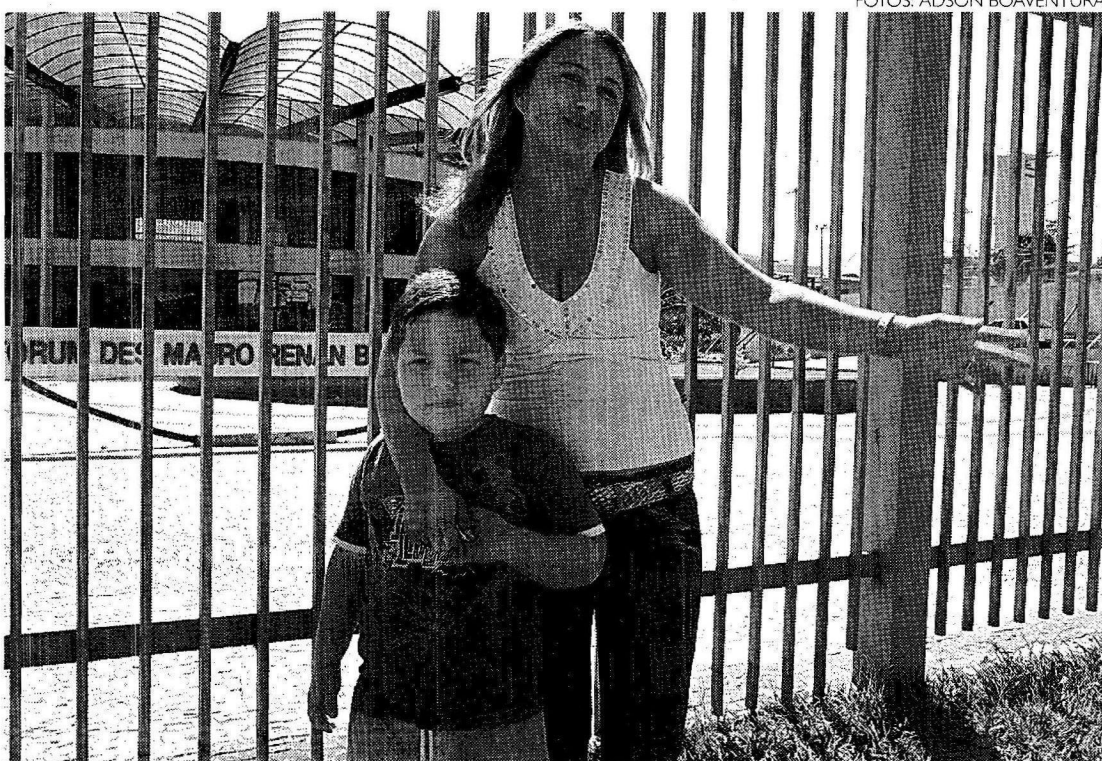
16/06/2007 - Espaço Cultural Monte Alverne - Grande Colorado
17/06/2007 - Via O 08, QES A-5 - Em frente ao Setor de Indústria da Ceilândia
30/06/2007 - Escola Classe 3, Quadra 46, Expansão Vila São José, Brazlândia
28/07/2007 - Recanto das Emas (local a ser definido)

Mais informações: 3961-4739 ou 3961-4755

Fonte: Fernando Calmon (Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos-DF)

Editoria de Arte/Cícero

FOTOS: ADSON BOAVENTURA



MARIA DO SOCORRO E O FILHO: ELA BUSCOU ASSISTÊNCIA JURÍDICA PARA OBTER PENSÃO ALIMENTÍCIA

Situação nos estados é ainda pior

Quase 20 anos após sua criação, as defensorias públicas ainda não atendem nem metade do País. O *Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil*, iniciativa da Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, detectou que a cobertura total do serviço abrange apenas 42% das comarcas brasileiras, ou seja, das regiões territoriais onde há atuação de um órgão de Justiça.

Para o presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos/DF, Fernando Calmon, a Defensoria Pública é a única chance de a maioria da população ter acesso à Justiça. "Mais de 80% das ações que são impetradas pelo Tribunal de Justiça do DF são patrocinadas pela defensoria", afirma. De acordo com ele, ainda que trabalhando com menos defensores do que o necessário, o DF tem uma

boa cobertura em relação aos outros estados.

"Para se ter uma idéia, a Defensoria Pública só foi criada em São Paulo no início de 2006. O estado tem, atualmente, cerca de 400 defensores, mas sua população é muito maior que a do Distrito Federal", lembra. Fernando Calmon acrescenta que os moradores de Santa Catarina e Goiás continuam sem ter o apoio de defensorias públicas.